



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 41ª
(QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 11 DE MAIO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 100, de 31/05/2011, juntamente

com a ata sucinta da 41ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 40ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Encontram-se em plenário 12 Parlamentares. Há *quorum* para realizarmos os Comunicados de Líderes e de Parlamentares até a chegada dos demais.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Registro que o Deputado Chico Vigilante está impossibilitado de participar da sessão, uma vez que se encontra com dispensa médica, e que a Deputada Eliana Pedrosa também se encontra fazendo exames médicos.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, naturalmente, a manifestação pautada nesta tarde torna-se um componente fundamental no entendimento da Mesa Diretora. Quero me colocar, como integrante do Colégio de Líderes, à disposição para discutir sobre o assunto. Não quero fazer justificativa individual, mas entendo que é um princípio básico o bom convívio dos Parlamentares e dos servidores, para que esta Casa tenha a sua capacidade de fluir junto à sociedade e de manter a sua credibilidade – que está bastante combalida e danificada ao longo desses últimos anos –, o que é fundamental, até mesmo, para ter o reconhecimento e o respeito da sociedade. Para isso, é importante não apenas a postura dos Parlamentares e a compreensão dos servidores, mas o entendimento desde a estruturação da Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Quero acusar, Sr. Presidente, o recebimento do documento hoje, pela manhã, como também o entendimento sobre a política salarial da atual legislatura nesta Casa.

Em segundo lugar, quero trazer aqui a nossa compreensão sobre o IPTU, que foi traduzido desde a semana passada pela Deputada Eliana Pedrosa. Creio que, primeiramente, é importante recuperar o cenário que Brasília vivenciou nesse final de ano. O ex-Governador Rogério Rosso se omitiu em sancionar ou vetar os dois projetos, tanto o do IPTU, quanto o do IPVA. Isso, por si só, causou um transtorno de grande repercussão na cidade e de grande prejuízo para a cidade. Independentemente de todo o processo de conflito político-partidário – esse ou aquele nome – que a cidade viveu, nunca houve tal cenário de absoluto descaso com a cidade. Exatamente num momento em que Brasília está vivendo um rápido processo de valorização dos seus imóveis, o qual, no caso do IPTU, tem um impacto, sim, na sua receita global. Além disso, há o crescimento do IPVA, proveniente do crescimento do número de veículos.

Eu gostaria de resgatar os comentários trazidos a esta Casa pela nobre Deputada Eliana Pedrosa, que fez, na 38ª Sessão Ordinária desta 6ª legislatura, o seguinte depoimento: “Pelo menos 30% dos imóveis do Distrito Federal estão com a sua pauta alterada.” S.Exa. realizou um estudo, em seu gabinete, com mais de 250 ou 280 mil imóveis em Brasília, Deputado Joe Valle. Em complemento, na 40ª Sessão Ordinária, a ilustre Deputada debruçou-se, mais uma vez, sobre a matéria ao sugerir a necessidade da aprovação de um projeto de decreto legislativo que determine que a Secretaria da Fazenda corrija a pauta de valores do IPTU de 2011.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Acredito que caibam alguns esclarecimentos às afirmações equivocadas aqui feitas pela nobre colega Deputada Eliana Pedrosa. A pauta de valores imobiliários utilizada em 2011 é a mesma de 2010, é a mesma de 2010. Não há alteração porque assim o diz o art. 64 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujo projeto esta Casa votou no passado.

A Câmara Legislativa e a sociedade brasileira não passaram a seguir a pauta que foi votada em 2010 para valer em 2011 porque ela foi simplesmente vetada e o veto, inclusive, foi mantido nesta Casa. Uma vez que, com o veto do governador anterior ao Projeto de Lei 1.664, de 2010, que aprovava a pauta para 2011, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, Lei 4.499, de 2010, no art. 64, determinou que fosse utilizada a pauta de 2010.

Isto posto, cabe clarear os equívocos há pouco mencionados por nós, feitos nos pronunciamentos da nobre colega.

Primeiramente, acredito que caberia o correto esclarecimento do que é a pauta de valores do IPTU. A pauta de valores imobiliários contém os elementos necessários à obtenção da base de cálculo do IPTU. Portanto, ela precisa ser balizada pelos valores de mercado dos imóveis do Distrito Federal. Ela deve ser aprovada por lei, tendo vigência para o exercício seguinte ao de sua aprovação.

Em anos anteriores, as leis do IPTU determinaram aplicação dos limitadores de aumento aos valores da pauta, produzindo grande distanciamento entre os valores venal e do mercado imobiliário do Distrito Federal para muitos imóveis, mas em percentuais diferentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui resgatar por que esta Casa chegou... Eu quero citar como exemplo a lei do Deputado Paulo Tadeu que estabeleceu que os valores do IPTU não poderiam aumentar mais do que o INPC. Ocorre que caiu esse procedimento. Os limitadores deixaram de existir, porque nós remetemos a pauta de 2010, que é o que a LDO, também votada nesta Casa, assim determina.

Então, Sr. Presidente, de fato, a Deputada está correta do ponto de vista dos aumentos diferenciados que se deram, mas não é erro da pauta, é a falta da não existência dos limitadores do IPTU. É esse sim que, ao longo dos últimos anos, veio contendo, e, de repente, no caso de alguns imóveis, houve um crescimento significativo, bem superior ao do INPC, que era o que, em geral, esperava-se.

Portanto, produziu-se esse distanciamento entre os valores venais e os de mercado imobiliário do Distrito Federal para muitos imóveis, mas em percentuais diferentes. Em outras palavras, alguns imóveis ficaram avaliados em 60% do valor de mercado, enquanto outros em 50%, 40% e até mesmo 35%. Esses percentuais diferentes caracterizam um problema sobre o qual o Governo do Distrito Federal e a sociedade precisam se aprofundar. Se a pauta contiver algum valor acima do praticado no mercado, trata-se de erro, e o proprietário do imóvel tem o direito de recorrer para sua devida correção.

Dessa forma, posso garantir que a pauta de valores imobiliários para o exercício de 2011, publicada pelo Ato Declaratório da Subsecretaria da Receita nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, é igual à pauta de valores imobiliários para o exercício de 2010 nos casos em que não aconteceu alteração do uso dos imóveis. Erros pontuais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

de lançamento podem ter ocorrido, e o contribuinte tem todo direito de exigir do Estado as correções devidas. Isso jamais será retirado de nossos cidadãos. Jamais me furtei, seja como Líder do Governo, seja como Parlamentar de Situação ou de Oposição, à defesa dos direitos da nossa população. No entanto, é preciso que sejam feitos esclarecimentos necessários, para que não seja dado enfoque distorcido a uma questão que está de acordo com o receituário legal que rege a aplicação do IPTU.

É importante explicar também a razão dos aumentos na cobrança do valor do IPTU, e não afirmar, como fez, de forma equivocada, a nobre colega, haver ocorrido aumento nas pautas em mais de 280 mil imóveis. Por que o valor cobrado entre 2011 pode ter aumentado em relação a 2010? Em anos passados, as leis do IPTU definiram limitadores de aumento para a pauta de valores, para o próprio imposto ou para ambos. Os limitadores foram percentuais vinculados à inflação do período. Quando aplicados apenas ao valor final do imposto, a pauta foi ajustada aos parâmetros de mercado, conforme previsto em lei.

Esse é o problema, Sr. Presidente. É apenas um esclarecimento sobre o qual cabe a nós refletirmos, pois, uma vez não havendo o limitador, passou a prevalecer a pauta de valores do IPTU votado em 2009 para ser aplicado em 2010. Se o aumento da pauta foi superior ao limitador do imposto, essa variação não pode ser repassada e ficou represada. Quando aplicado somente à pauta, produziu a sua desvinculação do mercado.

É sabido que os imóveis do Distrito Federal sofreram enorme valorização nos últimos anos, muito acima da inflação. Para 2011, a lei não limitou o aumento do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

imposto; art. 64 da Lei nº 4.499/2010. Apenas definiu que o IPTU deve ser calculado com base na pauta de valores imobiliários de 2010. Ponto final. Por isso, as diferenças de pauta represadas em vários anos anteriores surgem neste momento. Conclusão: a pauta de valores está bastante defasada em relação ao mercado. Em 2011, muitos imóveis, não todos obviamente, terão o valor do IPTU de 2011 diferente de 2010.

Por fim, cabe esclarecer que os aumentos nos valores cobrados do IPTU referem-se a uma questão legal, ocasionada pelo veto do governador anterior ao Projeto de Lei nº 1.664, de 2010, que estabelecia a pauta de valores venais para 2011.

Como Líder do Governo, coloco-me, mais uma vez, à disposição para estabelecer os diálogos devidos entre esta Casa e qualquer órgão do Poder Executivo com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da nossa população.

Para terminar, como a Deputada se colocou à disposição, eu gostaria que encaminhasse à Liderança do Governo esse estudo que conclui que a pauta de valores para 2011 foi aumentada, no caso, para mais de 280 mil imóveis, de modo a auxiliar a comparação desses dados com os efetivamente levantados pela Secretaria da Fazenda.

Sr. Presidente, desculpe-me a extensão dos meus esclarecimentos, mas eram necessários pela importância e magnitude da matéria.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Meu boa-tarde a todos vocês! Como eu já disse ali na entrada, vocês têm o meu apoio! Agora, eu gostaria de solicitar a atenção do pessoal da galeria porque o que vou falar interessa ao bolso de vocês. Portanto, solicito um pouquinho de silêncio, por favor!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores aqui presentes, acredito que todos aqui presentes são testemunhas de que estamos lutando nesta Casa para aprovar o desconto do IPTU. São meses de batalha para conseguir oferecer um benefício que já pode ser considerado um direito para todos nós. Assim que o projeto do IPTU chegou a esta Casa, fiz questão de logo apresentar emenda para incluir o desconto de 7,5% para quem decidisse pagar à vista o valor total e não tivesse dívidas, é lógico, anteriores na Secretaria de Fazenda.

Fiz isso, Sr. Presidente, e repito, para beneficiar toda a população do Distrito Federal. Mesmo assim, o projeto seria barrado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, cujo relator, o nobre Deputado Cláudio Abrantes, deu parecer pela rejeição e justificou o voto por não ter encontrado previsão na Lei Orçamentária Anual, o que poderia comprometer os cofres públicos.

O nobre Deputado Cláudio Abrantes foi além e disse ainda que uma lei tributária não poderia ser votada e aplicada no mesmo ano fiscal. Confesso que foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

um balde de água fria, mas corri atrás e fui buscar mais informações. E fiquei surpresa com o que encontrei.

Senhoras e senhores, no ano passado, como já havia adiantado a Deputada Eliana Pedrosa, esta Casa aprovou, sim, o desconto do IPTU. E sabem o que é mais curioso? O relator que aprovou o benefício foi o então Deputado Distrital Paulo Tadeu, do Partido dos Trabalhadores, que hoje responde como Secretário, muito poderoso, de Governo. Foi ele que garantiu o desconto de 7,5%...

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Silêncio, por favor!

Foi ele que garantiu o desconto de 7,5% no valor total do imposto para o contribuinte que estivesse com as contas em dia com o governo.

Hoje, a bancada governista finge que não vê e tenta se esconder atrás de termos técnicos e de retóricas para tentar tirar do cidadão de bem esse importante benefício que, acima de tudo, incentiva o pagamento do tributo.

Não há de se justificar também o ponto de que uma lei tributária aprovada só pode entrar em vigor no ano seguinte, Deputado Wasny de Roure. Já temos um precedente nesta Casa! Em 2008, durante o início do Governo Arruda, os Deputados aprovaram o desconto no mesmo molde do que seria aprovado neste ano. Naquela época, inclusive, isso ocorreu na presença de muitos Deputados que hoje estão aqui neste plenário, Sr. Presidente.

O que se percebe é a total falta de vontade política da bancada que ainda apoia este Governo de querer beneficiar a população. Fomos eleitos para defender o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

cidadão – assim como V.Exas. – e não este Governo. Estamos aqui para garantir benefícios à população e não a nós próprios.

Na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o Deputado Aylton Gomes teve de pedir vistas às pressas para não ver o desconto do IPTU ser engavetado de uma vez por esta Casa. Aliás, quero agradecer a postura do Deputado Aylton Gomes e também do colega Deputado Olair Francisco, que me ajudaram na Comissão e manifestaram o voto favorável ao benefício.

Nesse meio-tempo, apresentei um substitutivo que corrigia qualquer tipo de chance de má interpretação. Agora lutamos para que o nobre colega, Deputado Agaciel Maia, coloque na pauta o importante projeto. Isso para garantir ainda este ano o desconto.

Mas, para evitar mais polêmicas, apresentei na segunda-feira um projeto de lei complementar para alterar o sistema tributário do Distrito Federal e incluir na lei o desconto do IPTU. Assim, o desconto vai virar lei e não terá mais de ser discutido e polemizado como está sendo feito.

O cidadão, Sr. Presidente, terá o direito, enfim, de ter o desconto independentemente da competência do Governo que assumir o GDF. O cidadão não tem que pagar pela morosidade de governo algum. Ser conveniente com isso é no mínimo irresponsabilidade de quem deveria estar aqui para defender a população.

Só mais uma coisa, Sr. Presidente, parece que as mesmas dificuldades que este Governo tem na área tributária também tem na área de educação. Desde fevereiro, quando se abriu o ano legislativo, pedi esclarecimentos à Secretária de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Educação sobre a merenda escolar saudável encontrada no lixo em escola de Sobradinho. O documento foi assinado em conjunto com o Presidente da Comissão de Educação, meu nobre colega, Deputado Washington Mesquita. Até hoje não recebemos nenhuma resposta. Eu não sei se por descaso, por desorganização ou pelo pensamento...

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Esta Casa é um puxadinho do Buriti. Tanto eu quanto o Deputado Washington Mesquita somos Parlamentares eleitos, representantes do povo e merecemos no mínimo respeito da senhora Secretária de Estado quando for questionada sobre algo.

Pela Lei Orgânica, fiscalizar é uma das nossas principais atribuições. Espero que a falta de resposta dessa nobre Secretária seja meramente uma desorganização pela falta de experiência dela nesta pasta e não uma tentativa irresponsável de tentar esconder mais um escândalo da falta de gestão deste Governo, que tanto tem decepcionado a população do Distrito Federal.

Muito obrigada.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de dizer que os dois últimos projetos lidos por mim são de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu solicito aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal que fazem uma justa manifestação por reposição que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

preservem o silêncio na hora em que os Parlamentares estiverem expondo as suas opiniões, como os demais servidores e trabalhadores que ocupam esta galeria, quando também fazem manifestações justas, pleiteando reajustes, planos de carreira e outros direitos como o de qualquer trabalhador.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Mesa Diretora e os demais Parlamentares sempre serão solidários às manifestações. Nós mantemos uma mesa de negociação com os servidores. A posição da Mesa, na semana passada, de não conceder o reajuste neste momento é em função da atual conjuntura. Isso foi explicado ao Sindical. Os trabalhadores podem se manifestar. Eles têm o direito de greve, têm todos os seus direitos garantidos na Constituição. Nós vamos inclusive garantir isso, porque esta é uma Casa de leis. Mas é preciso que, no decorrer da fala de cada Parlamentar, tanto neste Poder, como nos demais Poderes, seja garantida a prerrogativa do Deputado para que ele possa fazer o uso da palavra.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário a respeito do pronunciamento da Deputada Liliane Roriz.

Deputada Liliane Roriz, começamos o ano de 2011 com esta Casa tendo que realmente fazer algo diferente. Existe uma coisa que é digna, que é justa. Nós estamos com os funcionários aqui da Câmara pedindo um reajuste e acho que nós temos, como Parlamentares, de brigar também pela preservação do bolso do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

brasiliense. O brasiliense começa o ano sem ter o desconto do IPTU, sem ter o desconto do IPVA, sem o parcelamento de multas de trânsito. Eu acho que está Casa tem, sim, o dever de corrigir qualquer falta de projeto, a ausência ou a falta de um projeto.

O pronunciamento da Deputada Liliane Roriz sobre a questão do IPTU é válido. Nós estamos pagando uma gasolina alta. O *Jornal de Brasília* vem noticiando um esquema fraudulento, fraudulento, Deputado, de pardais. Nós temos empresas que estão renovando contratos emergenciais em Brasília e que foram denunciadas como integrantes da máfia dos pardais.

Então, hoje o maior prejudicado em Brasília é o brasiliense, é o cidadão de Brasília, que está pagando o IPVA mais caro do Brasil, que está pagando o IPTU sem desconto. Está sem reajuste. Nós, Parlamentares, temos de fazer projetos como o da Deputada Liliane Roriz, como o meu projeto que trata do IPVA, para preservar o bolso do brasiliense. Talvez consigamos diminuir o preço do combustível.

O Governo tem escolhido as Secretarias em que vai fazer sindicância. Vamos fazer uma sindicância no DFTRANS para ver onde estão os furos das multas dos pardais! Quantos cidadãos, vamos contar aqui os que não têm multas... A questão educacional hoje não consegue atingir o seu objetivo. A multa deveria ser tratada como uma questão educacional, mas hoje é uma fábrica de dinheiro.

Eu quero fazer aqui um aparte ao pronunciamento da Deputada Liliane Roriz para dizer que temos, sim, de votar o projeto do IPTU. Esta Casa não pode se rebaixar e tratar esse assunto como ausência ou erro do governo passado. Nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

estamos em 2011. Não seremos perdoados se, como Parlamentares, não votarmos o projeto do IPVA – que já passou por duas Comissões – e o projeto do IPTU. Hoje todo o povo de Brasília é prejudicado. O Projeto do IPTU representa um desconto de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) aos cofres públicos. O que é isso para o Governo? Não é nada! Mas para o cidadão...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, qual a questão de ordem de V.Exa.?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, refere-se à votação dos projetos, inclusive do IPVA.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Precisamos limpar a pauta. Já temos 13 vetos acordados com as lideranças de todos os blocos. Se os Parlamentares permanecerem no plenário e nós votarmos, a pauta será desobstruída, permitindo que os projetos dos Parlamentares sejam votados. Inclusive esse projeto que é de interesse da sociedade do Distrito Federal. Então, a votação depende da compreensão e do compromisso de todos os Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, que falará pelo bloco do PMDB e PTC, no lugar do Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB.) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde a todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Bom, sou servidor público, sim, com muito orgulho. E não há dúvidas de que sempre manifestei apoio à causa de todos os servidores, e não será diferente com a de vocês. Acredito que precisamos encontrar uma saída. Esta Casa tem capacidade para isso e tem, sim, de resolver os problemas dos servidores. Vamos fazer, vocês não tenham dúvidas disso.

Eu vou aqui, de forma muito indignada... Às vezes algumas pessoas me perguntam o seguinte: “Wellington, você vai bater no Ministério Público?”. Bom, gente, eu não tenho motivo nenhum para bater no Ministério Público. Agora, eu tenho de questionar a conduta de alguns promotores. E não sou só eu, pois a Justiça de Brasília hoje tem motivação de sobra para isso.

No último dia 28 de abril, uma das maiores excrescências vi acontecer em meus mais de 20 anos de policia. Eu vou ler aqui a sentença da Dra. Jorgina de Oliveira C. e Silva Rosa, juíza de Direito da Circunscrição do Gama. Eu gostaria que todos prestassem atenção, para que a população de Brasília não corra risco nas mãos daqueles que têm obrigação de defendê-la.

Trata-se de ação penal em que o autor é o próprio Ministério Público e o réu é Washington Sales da Silva. Refere-se a uma quadrilha de ladrões de veículos. E o que diz aqui a Dra. Jorgina? Lerei apenas algumas partes para que ganhemos tempo: “No decorrer das investigações, esta autoridade judiciária, mesmo diante de eventuais discordâncias do Ministério Público, deferiu interceptações telefônicas, quebra de sigilo de dados e prisão dos envolvidos. Em razão da decretação da prisão preventiva dos investigados, o Promotor de Justiça Edmar Carmo da Silva impetrou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

habeas corpus...” – o promotor impetrou *habeas corpus!* – “... em benefício dos presos, um dos quais com extensa folha penal, inclusive com condenações contra si, o qual foi rejeitado por unanimidade pelo TJDFT, inclusive com parecer do Ministério Público atuante na 2ª instância, pela denegação da ordem. Em sua manifestação, em 28.4.2011, véspera da audiência, o Promotor de Justiça, Dr. Wanderley Ferreira dos Santos, requereu o adiamento da audiência, mesmo se tratando de processo de réus presos, sob o argumento de que não teve tempo necessário para estudar o feito.” (...). “A justiça não socorre aos que dormem e, considerando o exaurimento dos prazos, nem sempre os atos podem ser realizados no tempo em que o juiz deseja, dependendo ele da iniciativa e empenho do titular da ação penal...” – que é o Ministério Público. “Todos os esforços desta Juíza foram envidados para a realização do ato, mas o próprio Ministério Público acabou por ensejar, por sua exclusiva ação ou omissão, a caracterização do excesso de prazo, pois já não haverá mais tempo hábil para a renovação do ato, no prazo legal. Isto posto, tendo em vista a atual fase em que se encontra a ação penal e diante da certeza da demora de sua tramitação, causada por razões estranhas à vontade dos acusados, mesmo diante da gravidade da conduta a eles imputadas, com fundamento no art. 316, do Código de Processo Penal, concedo, de ofício, a liberdade provisória aos denunciados Washington Sales da Silva e outros”.

Isso com uma ficha criminal de mais de 20 inquéritos. Foi isto que esse promotor e outros promoveram em Brasília – o risco à sociedade. E nós lamentamos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Eu espero que esta Casa e a sociedade de Brasília deem uma resposta, que a gente cobre do Ministério Público, que a gente cobre do Conselho Nacional do Ministério Público, que é um órgão sério, para que ele tome providências rigorosas contra esses promotores, ou então Brasília pagará um preço muito caro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o meu pronunciamento de hoje é mais uma vez a respeito da educação.

No começo do ano, nós fizemos uma representação ao Ministério Público sobre a questão da nomeação dos diretores. Eu fiz, inclusive, uma visita ao Secretário de Estado naquele momento, porque havia uma decisão judicial para que se renomeassem, era o caso, todos os diretores ou para que se tornasse sem efeito o decreto que exonerou todos os diretores, os vice-diretores, a equipe diretiva.

De lá para cá temos acompanhado isso. Reapresentamos o caso ao Ministério Público. O que venho registrar aqui hoje é que há uma decisão judicial. Então, a Secretária de Educação do Distrito Federal, Sra. Regina Vinhaes, corre o risco inclusive de ser presa por desrespeitar decisão judicial que manda reconduzir



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

essas pessoas aos cargos. A polêmica foi levantada no começo do ano, como já disse. De acordo com a decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça, proferida pelo Juiz Rômulo de Araújo Mendes, as equipes eleitas pelo processo de gestão compartilhada – existente hoje no Distrito Federal -, ou seja, eleição direta para diretores e vice-diretores, deveriam ser mantidas pelo Governo até que houvesse novas eleições ou um novo projeto de lei, cujo envio à Câmara estamos aguardando.

Acredito que a decisão judicial não existe para contestarmos. Ela não pode ser questionada; decisão judicial é para ser cumprida. Por citação do próprio juiz, por duas vezes, ele diz: “O novo mandado deverá ser cumprido por oficial de justiça, se necessário, mediante requisição de força policial, considerando que está claro que a Sra. Secretária de Estado está a se esconder de forma acintosa, a arrastar a decisão judicial”. Essas palavras aqui não são minhas, são do Juiz Rômulo, da Vara da Fazenda Pública, que se refere à decisão cumprida de manter toda a equipe diretiva, os diretores e os vice-diretores. Então, decisão não é uma questão política, é para ser cumprida. Inclusive, não há resposta da Secretaria.

Acho que podemos mudar. É gestão democrática. O Sinpro virá para cá. O Executivo vai ter que mandar o projeto de lei para cá, porque não é uma iniciativa de Parlamentares. Vamos discutir com os professores, com a companheira Rejane, que defende, há muito tempo, a luta. Acho que é importante, sim, que a decisão judicial seja cumprida ou que a Secretaria acione a equipe de advogados para fazer uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

defesa. O que não dá é para ela se esconder, correndo o risco até de ser presa, porque a decisão judicial fala em usar força policial.

Hoje estive em uma escola de Sobradinho. Tivemos escolas que foram desmontadas na área rural do DVO, que estão de forma provisória, caindo aos pedaços, com a telha caindo, ao lado da Queima Lençol. É só a do DVO. Da Queima Lençol, ainda está melhor. Não adianta falar que é emergencial ali. Era emergencial no ano passado. O banheiro é unissex, para meninos e meninas usarem. Como vamos ter uma escola pública com banheiro unissex? A placa da inauguração da escola, lá no DVO, está desde 2010.

Existem não sei quantos milhões – acho que foi o Deputado Chico Leite quem falou —, acho que são 80 milhões para reparos emergenciais. É um alerta. Tenho falado muito sobre a Educação. Falta gestão, sim. Falta gestão. Por quê? Não sei. Mas acho que é prioridade. Tem que ser prioridade a questão da Educação. Educação é um investimento difícil, porque muita gente não vê, mas a cidade muda com a questão educacional.

É importante registrarmos aqui, mais uma vez, esse apelo. Há vários vice-diretores que ainda estão de fora, e é descumprimento de medida judicial.

Acho que temos de investir imediatamente na questão educacional. Para irem à escola do DVO – o Deputado Dr. Michel, que é o Deputado da cidade, sabe o que estou falando e não me deixa mentir —, as crianças andam 18 km. Se, no ano passado, já era emergência, imaginem agora. Não há nem previsão para a data de construção da escola.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Faço esse apelo, então. Deixo esse registro, a fim de que haja licitação para a escola do DVO, porque é urgente. Quando chove, é preciso juntar todo mundo em um lugar, porque todas as salas ficam molhadas. Se vocês forem até lá, poderão observar a precariedade em que os meninos estão estudando. Não é nem emergencial, aquilo já é uma questão de direitos humanos.

Deixo meu registro. Não quero saber se foi de Governo Roriz, se foi de Governo Arruda. Estamos com a oportunidade de resolver. Vamos resolver, vamos investir o dinheiro lá! Há 80 milhões, 30, 40? Vamos investir e vamos cuidar. Do jeito que está não dá.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas.

O que me traz a esta tribuna hoje é um breve esclarecimento sobre as emendas que foram colocadas por mim no projeto de liberação do funcionamento dos postos de gasolina nos supermercados e nos *shoppings*.

Quero deixar bastante claro – faço este registro porque foi muito questionado pela imprensa, por muitas pessoas, o porquê dessas emendas – que essas emendas são fruto daquela audiência pública, Deputado, quando escutamos todas as partes e todos os envolvidos naquela situação da liberação. Eu gostaria de deixar bem claro que não tenho nada contra o projeto do Deputado Chico Leite, contra o Deputado Chico Vigilante e muito menos contra o funcionamento dos postos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

de gasolina nos *shoppings*, supermercados ou em qualquer outro local. A minha preocupação é que isso seja feito de forma ordenada e de maneira que se cumpram as leis do nosso meio ambiente, garantindo-se, principalmente, a segurança do nosso cidadão.

Foi colocada a primeira emenda, que diz que essa lei só poderá vigorar depois da sua votação. Acho que isso é mais do que natural. O art. 2º da Emenda diz que os lotes, todos os que passarem a ser avaliados por essa nova situação, deverão ter a licitação feita pela Terracap. A Terracap deverá fazer a licitação e também definir a finalidade de cada lote. É muito importante isso.

O terceiro item quer que o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, além de ouvido, participe da assinatura da liberação dos referidos lotes. O Iphan é muito importante nesse processo. Colhi tudo isso nas palavras do Superintendente do Ibram. Vi muita preocupação e fiquei também bastante preocupado com tudo isso. Eu queria que os demais companheiros prestassem atenção a esse projeto, com um carinho especial a essas emendas. Quero afirmar que não sou contra o projeto, mas gostaria de ver essas emendas colocadas, para garantir o nosso patrimônio histórico, o nosso meio ambiente e a qualidade de vida do cidadão brasileiro. Brasília é uma cidade muito diferente das outras, no Brasil.

Vou dar um pequeno exemplo, do Posto Brazuca, que é lá da minha cidade, Sobradinho. Aquele posto ficou interditado por quase 5 ou 6 anos, por quê? Foi descoberto, depois de mais de 10 anos de funcionamento, que estava vazando gasolina lá e que houve contaminação de humanos naquela situação. Há pessoas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

que hoje vivem sequelas por conta daquela contaminação. O mesmo exemplo foi dado aqui pelo Deputado Chico Vigilante, do Supermercado Extra, no final da Asa Norte. Se aquela contaminação que aconteceu no Posto Brazuca fosse no Extra, no final da Asa Norte, teria contaminado Brasília inteira, porque ele fica muito próximo do Lago Paranoá.

Reafirmo, então, que não sou contra o projeto, mas eu gostaria de incluir essas emendas simplesmente pelo bem da nossa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Raad Massouh.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, farei apenas um comentário – não é este o assunto que venho tratar, hoje, da tribuna – acerca do pronunciamento da Deputada Liliane Roriz, a título de esclarecimento, pois minha posição já é conhecida no meu relatório sobre o IPTU.

Primeiramente, a minha posição se baseia na questão da legalidade, que não enxergo, não vejo. E reafirmo isso. No mérito, continuo a favor do projeto, que considero interessante. Se ele não está sendo aplicado, não é por erro desta legislatura ou da gestão deste Governo. É uma relação feita no passado. Não se pode, em minha opinião, atribuir a esta Casa, a esta legislatura, o ônus de corrigir esse erro, não havendo essa possibilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Esclareço também – se alguém ler o meu relatório, poderá verificar – que não citei o princípio da anualidade, até porque não estamos tratando nem de criação nem de aumento. Então, não há que se falar no princípio da anualidade. Isso não está no meu relatório. Citei, sim, a total inadequação à LOA, à LDO e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero aqui, perante a imprensa e a população, refutar qualquer que seja o pensamento de que usamos termos técnicos ou artifícios para não levar o benefício à comunidade. Não é essa a minha função nem a minha postura. Quem me conhece sabe disso. Eu ajo assim. É meu livre convencimento, com todo respeito a V.Exa.

Quero ocupar esta tribuna hoje, Sr. Presidente, para falar que, ontem à noite, estivemos, eu, o Deputado Dr. Michel, o Deputado Aylton Gomes e diversas autoridades – e quero fazer aqui um elogio a um gestor público –, na posse do Conselho Comunitário de Saúde de Planaltina.

É um conselho que já existe há dezenas de anos, é um conselho extremamente atuante, passou por diversos governos, diversos governadores, e ontem assumiu a nova diretoria. Foi uma cerimônia muito bonita, muito representativa. Tanto que nós tínhamos três parlamentares lá, prestigiando o evento. Quero saudar essa nova diretoria. Naquele momento também, Deputado Wasny de Roure, estava tomando posse, formalmente, o Diretor da Regional de Saúde de Planaltina. Porque a demanda de trabalho lá é tamanha, é tão grande, que ele não teve tempo de fazer um ato solene de sua posse, embora tenha tomado a posse formalmente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Quero aqui saudar o Dr. Maurício, Diretor da Regional de Saúde de Planaltina, pela sua dedicação, pelo seu trabalho, pelo efeito que têm tido na comunidade as suas ações. Inclusive, se formos levar em consideração a dificuldade que há hoje na área de saúde no Distrito Federal, e como ele pegou isso, mais ainda... Só para se ter uma ideia, hoje, o Hospital de Planaltina atende, em termos de emergência, mais do que o Hospital de Base. Mesmo em reforma o seu pronto-socorro – que está prestes a ser entregue, uma obra muito bacana para a comunidade –, mesmo assim, como um hospital de campanha, ainda atende mais do que diversas unidades do Distrito Federal, fruto do trabalho desse gestor e de sua equipe.

Recentemente nós tivemos um problema – Deputada Luzia de Paula, V.Exa. que tem um carinho tão grande por Planaltina – com um centro de saúde que foi fechado. Foi noticiado, a imprensa trouxe isso à baila. Esse centro de saúde era resultado de um contrato irregular. Havia uma ação de despejo do ano de 2003, e foi despejado justamente agora na gestão do Dr. Maurício. Ele, com habilidade, com o nosso apoio e de diversos outros Deputados – inclusive do Deputado Joe Valle, nosso Terceiro Secretário, que também nos ajudou nessa empreitada –, ouvindo a comunidade, ouvindo os funcionários, conseguiu, e hoje a gente tem a grata satisfação de anunciar que já há um local para que esse centro de saúde seja reinstalado e possa prestar um serviço digno à comunidade do Setor Tradicional de Planaltina.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Naturalmente, isso não é o ideal ainda. Nós estamos junto com diversos outros Deputados que acabei de citar na luta para que esse centro de saúde tenha um local adequado. Para nossa surpresa, Sr. Presidente, na verdade nem tanto surpresa, mas para ainda continuar no espanto – e até como Presidente da CAF, que trata dessas questões de assuntos fundiários –, 90% do Setor Tradicional de Planaltina, que é a área mais antiga da cidade, que precede Brasília em mais de cem anos, não têm escritura. Então, imagine a dificuldade para se conseguir uma área pública para construir esse centro de saúde. Nós estamos nos movimentando nesse sentido. Digo isso só para demonstrar a dificuldade que tem sido enfrentada na nossa cidade. Estamos lutando para colocar as coisas em ordem, inclusive essa questão fundiária.

Então, quero somente saudar e enaltecer o trabalho realizado por toda a Regional de Saúde de Planaltina, na figura do Dr. Maurício, que tem demonstrado ser além de um gestor muito capaz, muito competente, uma pessoa extremamente habilidosa, que consegue ouvir, aglutinar lideranças, lideranças políticas, no objetivo que lhe foi conferido que é dar uma nova oxigenada à saúde daquela satélite.

Muito obrigado pela paciência, Deputado.

A todos, boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente quero dar uma justificativa pela minha saída do Bloco PTB/PR/PP. O PTB faz parte da base de apoio, o PP faz parte da base de apoio e o PR, do Deputado Aylton Gomes, ainda não se definiu quanto à sua posição. E eu, como Oposição, junto com o presidente do meu partido, senti que era o momento adequado de eu realizar o meu desligamento.

Mas eu gostaria de fazer um agradecimento pessoal ao nobre Deputado Cristiano Araújo, ao nobre Deputado Aylton Gomes e ao nobre Deputado Benedito Domingos, que me acolheram com muito carinho e respeito. Nós somos parceiros, temos objetivos e metas em comum, que é o desenvolvimento de Brasília e a representatividade das pessoas que nos conferiram este mandato. Então, fica aqui o meu agradecimento e a minha justificativa.

O assunto que me traz a esta tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, é a questão da tramitação dos requerimentos de informações aos órgãos de governo a respeito de denúncias e notícias de fatos a serem apurados na administração do Governo do Distrito Federal. Sobre o assunto, a Lei Orgânica do Distrito Federal estabelece em seu art. 60, XXXIII: “Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal: encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, requerimento de informações ao Secretário de Estado, implicando crime de responsabilidade, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou não atendimento no prazo de 30 dias, bem como o fornecimento de informações falsas”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Vou citar um exemplo do que está acontecendo nesta Casa e eu pediria a atenção do nobre Presidente, Deputado Patrício. No dia 15 de março foi lido neste plenário requerimento que encaminha pedido de informação à Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal, Dra. Regina Vinhaes, a respeito de diversas situações relativas aos concursados e à real carência de professores no sistema educacional do Distrito Federal. Srs. Parlamentares, só em 1º de abril é que foi encaminhada ao governo a solicitação de informações, através do Ofício nº 59, de 2011, ofício esse pedido pela Mesa Diretora. E mais, após a nossa cobrança em 10 de maio, fomos informados de que não havia chegado nenhuma resposta sobre o solicitado e que o assunto seria reiterado.

É de fundamental importância o instrumento do pedido de informações a órgãos e autoridades do governo no exercício da atividade parlamentar. O Deputado, no exercício de suas atribuições, necessita de informações e de agilidade no trânsito dessas questões. Verificamos ainda, e para a minha surpresa, Sr. Presidente, que o referido requerimento está parado na Secretaria de Governo. Agora, o requerimento teria que ter saído da Mesa Diretora diretamente para a Secretaria de Educação. Foi parar na mão do Secretário de Governo Paulo Tadeu, por quem eu tenho um profundo respeito, carinho e apreço, e sei que neste momento ele é detentor de um poder que talvez fuja aos nossos olhos, ao nosso entendimento. Mas será que o Secretário está incumbido da responsabilidade de responder pela Sra. Regina Vinhaes? Será que ele é o responsável pela Secretária de Educação? Eu me senti ferido no direito que me tange como Parlamentar, como Presidente da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Educação e Saúde. Eu achei um grande desrespeito, porque as informações que foram solicitadas, simplesmente até o presente momento, não chegaram à Comissão e também não chegaram ao meu gabinete. E me causa estranheza – Deputada Rejane Pitanga, V.Exa. que tão bem representa essa área educacional, os professores do Distrito Federal – a ausência de ação, a falta de presença da Secretária de Educação, porque as escolas estão deterioradas, como bem colocou a Deputada Celina Leão, como eu coloquei em plenário ontem a questão da Escola 415, de Samambaia Norte. Eu já fiz o ofício em que relatei todo o acontecido à Secretaria de Educação, solicitei medidas urgentes em relação àquela escola e também em relação a outras escolas do Distrito Federal. Com relação à questão dos auxiliares da área administrativa da Secretaria de Educação, não precisaria ter chegado às vias da greve, porque os alunos estão sendo prejudicados e as famílias estão sendo prejudicadas. Quantos alunos não ficaram sem aula e quantos alunos não estão sem a merenda e sem a assistência, que é um dever do Estado e um direito do cidadão?

Sr. Presidente, então eu só queria aqui solicitar a V.Exa., como Presidente desta Casa, com esse requerimento, solicitação que fiz como Presidente da Comissão de Educação e Saúde e como parlamentar, que me sejam enviadas as devidas informações pela Secretaria de Educação. Não entendo por que isso está nas mãos do Secretário Paulo Tadeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Washington Mesquita, diante do que V.Exa. disse, informo que o ofício foi encaminhado. Passados 30 dias,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

a Mesa Diretora já reiterou, inclusive, a solicitação de V.Exa., e está aguardando o retorno do Governo do Distrito Federal para que todas as medidas cabíveis sejam tomadas.

Então, V.Exa. pode ficar tranquilo que o seu direito de Parlamentar, no tocante às informações por parte de qualquer autoridade do GDF, vai ter que ser acatado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o assunto é o mesmo que o Deputado Washington Mesquita acaba de relatar, sobre requerimentos.

Fiz um requerimento, esses dias atrás, ao Secretário de Governo, e quem me respondeu foi um assessor do assessor do assessor – muito grosseiro, inclusive, com questionamentos altamente políticos. Fiz uma reclamação oficial. Acho que nós temos um trabalho legislativo por trás de um requerimento. Com nossas assessorias, nós vamos às bases e sentimos, realmente, qual é a demanda; portanto, quando você faz um requerimento, é porque quer uma resposta.

Hoje, fizemos um requerimento também, esta Casa fez, por intermédio da nossa assessoria, em que solicitamos informações ao Sr. Secretário de Transporte sobre um possível aumento das passagens de ônibus no Distrito Federal. Eu acho que o bolso do brasiliense, como eu tenho falado aqui, não suporta mais! Os ônibus



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

estão caindo aos pedaços! Então, eu acredito que seria inviabilizar o transporte coletivo no Distrito Federal um possível aumento.

Deixo aqui a minha indignação, registrando, mais uma vez, que estou fazendo um requerimento ao Secretário de Transporte em que pedirei informações de quais são os argumentos do sindicato do transporte para pedir esse aumento, já que não teve investimento e os ônibus estão velhos, caindo aos pedaços. Então, nada justifica o aumento, o salário não aumentou, pelo contrário, o brasiliense está cada vez mais prejudicado no bolso.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para informar algo a V.Exa.

Eu cobrei neste plenário, na semana passada, um requerimento que fiz ao Detran sobre as multas que ocorreram na Ponte JK no período da reforma. Junto com a intervenção da Deputada Rejane Pitanga, o requerimento chegou às minhas mãos. Realmente, houve nesse período 6.800 multas mais ou menos, ou seja, 70% a mais do que a média normal do período. Então, houve realmente um aumento. Acho que as campanhas de conscientização da mudança na velocidade, por conta das reformas, não foram suficientes.

Portanto, vou encaminhar ao Secretário de Governo, Paulo Tadeu, e ao Governador, um pedido de anistia dessas multas. Eu gostaria de contar com o apoio de todos aqui porque o usuário do transporte em Brasília, os motoristas não são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

responsáveis pela não manutenção da ponte. Realmente prova-se que eles foram prejudicados com essa mudança de velocidade. O motorista que passa ali todos os dias tem o hábito de uma velocidade x , quando o governo muda a velocidade para menos, em razão de um erro, que não é do cidadão, mas do governo, acaba prejudicando.

Mais uma vez, eu queria contar com o apoio de todos nessa questão de anistiar as multas desse período. É um total de seiscentos e poucos mil reais. O impacto não é grande e a população poderá ver que o erro foi do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. tem o apoio dos Parlamentares desta Mesa. Aproveitamos para desejar os parabéns pelo aniversário de V.Exa., que é hoje. Receba também os parabéns de toda a Mesa Diretora, dos Parlamentares desta Casa e de todos os servidores, que V.Exa. tenha muita saúde e sucesso na sua vida profissional.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus amigos. Primeiro eu gostaria, porque ainda não tive a oportunidade, de agradecer ao meu ex-bloco pela acolhida que tive – a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Raad Massouh, minha amiga Deputada Celina Leão e Deputada Liliane Roriz. Nós mudamos de bloco, fomos para um bloco também de companheiros, de pessoas que têm um compromisso muito grande com o Distrito Federal. O nosso Líder agora é o Deputado Rôney Nemer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Sr. Presidente, uso também a palavra porque nesta manhã fui convocado – Deputado Raad Massouh, V.Exa. que conhece muito bem Taguatinga – para ir ali perto do Clube Primavera. Lá, hoje, devem habitar mais de 5 mil famílias, que ali estão há vários e vários anos. Nesta última segunda-feira, eles foram surpreendidos porque haveria uma derrubada de mais de cem casas. E hoje nós fomos lá porque haveria uma nova derrubada. Nós chegamos lá...

Um dos itens da derrubada é o fato de que as pessoas estão muito próximas a uma área de risco. Essa área de risco entende-se como a área próxima a um córrego localizado nos fundos, que V.Exa. também conhece muito bem. Dá mais de 2.000 metros.

Eu conversei com o nosso Líder, o Deputado Wasny de Roure, e conversei também com o Deputado Benedito Domingos. Estive lá junto com a comunidade. Eu queria pedir a todos nós aqui Parlamentares, principalmente nós que somos da base do Governo, nós que estamos propondo, Deputado Joe Valle... Quando nós vamos para a base, é porque queremos ajudar. Eu, particularmente, mudei de bloco porque – muitas vezes ficavam dizendo que eu era da Oposição – o que eu sei fazer é resolver as coisas. Quando vocês aqui tiverem algum problema, não se preocupem, podem me chamar que eu resolvo – só não me peçam muito dinheiro emprestado, porque estou com o bolso um pouco vazio, mas resolvo.

Eu fui chamado lá hoje. Nós que somos da base do Governo temos que trabalhar para sermos o menos injustos possível. Essa questão da derrubada de residência – quem tem sua casa, quem já morou de aluguel sabe do que eu estou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

falando – é muito difícil. Então, não podemos tratar uma derrubada como algo normal. Não é normal isso! Nós todos temos que nos unir para que haja menos injustiça possível. Tem que se discutir, tem que se conversar. Às vezes, há a necessidade de haver uma remoção de uma área de risco. Tem que ser removido, mas não podemos aceitar a política do governo anterior de derrubar, de humilhar as pessoas mais humildes. É isso o que eu proponho aqui hoje.

Há mais ou menos 40 dias, houve essa mesma questão no Sol Nascente. A Deputada Luzia de Paula é testemunha. Nós conversamos com todos os órgãos do Governo e, graças a Deus, houve remoção, mas não houve derrubada, não houve atropelamento. Eu espero que lá no Clube Primavera, tenhamos também o mesmo êxito – o êxito do diálogo, da conversa –, para que as pessoas tenham o seu direito adquirido preservado.

Então, nós, que ficamos aqui pedindo para pagar menos IPTU, pedindo para pagar menos água, pedindo para haver mais oportunidades, temos que trabalhar para dar oportunidade. Pela omissão do governo – não foi deste Governo, mas dos governos muito anteriores –, o cidadão adquiriu a sua casa. O governo foi omissivo quando ele a adquiriu, se lá ele não poderia tê-la. Hoje apenas chegam lá e passam um trator por cima. Sem falar que o cidadão lá paga IPTU e todos os impostos que o governo cobra.

Era isso o que eu queria dizer a V.Exa. e pedir a todos nós aqui desta Casa e principalmente à Mesa que converse com a Agefis, que converse com os órgãos do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Governo, para que não sejam injustos com as pessoas que moram naquelas residências.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Deputado Olair Francisco, sobre a questão das derrubadas, eu acredito que todo governo tem que ter uma política – política habitacional, política populacional.

Quero ser solidária às palavras de V.Exa. até porque acredito que há moradores de boa-fé, que compraram de vários grileiros em Brasília, em várias áreas, e que pagaram salários. São compradores de boa-fé. Vou aqui dar o exemplo do próprio Deputado Raad Massouh, que, no ano retrasado, quando da derrubada do Condomínio RK... Se não fosse S.Exa. ali dentro... É difícil até de fazer campanha. Por quê? Porque são moradores que sabem que o Deputado acredita no comprador de boa-fé e na pessoa que habitou sabendo que o governo deixou habitar.

Eu acho que é muito importante a sua ponderação. Conte comigo para não haver atrocidades. Não sou favorável a invasões novas, de jeito nenhum. Até porque Brasília não aguenta mais, mas derrubar casas de famílias que compraram de boa-fé, que vivem lá há anos, é, no mínimo, no mínimo, arbitrário. É falta total de direitos humanos.

Então, V. Exa. conte comigo. Hoje cedo recebi o mesmo telefonema que V.Exa. recebeu pedindo ajuda lá. Nós fazemos aqui um apelo de dois Parlamentares para que não haja mais derrubadas naquele local.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2011/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC		X	
AYLTON GOMES	PR		X	
BENEDITO DOMINGOS	PP		X	
BENÍCIO TAVARES	PMDB		X	
CELINA LEÃO	PMN	X		
CHICO LEITE	PT		X	
CHICO VIGILANTE	PT		X	
CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X		
DR. MICHEL	PSL		X	
ELIANA PEDROSA	DEM		X	
EVANDRO GARLA	PRB		X	
JOE VALLE	PSB	X		
LILIANE RORIZ	PRTB		X	
LUZIA DE PAULA	PPS	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		X	
RAAD MASSHOU	DEM	X		
REJANE PITANGA	PT	X		
RÔNEY NEMER	PMDB		X	
WASHINGTON MESQUITA	PSDB		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
WELLINGTON LUIZ	PSC		X	
PATRÍCIO	PT	X		
TOTAL			15	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 05 2011	15h55min	41ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Há 9 Parlamentares presentes.

Constata-se que não há em plenário o *quorum* para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h12min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 108 –
Suplemento, de 10/6/2011.